



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

MINISTRO DA EDUCAÇÃO JARBAS PASSARINHO (1969-1974): O TESTEMUNHO DE UM INTELLECTUAL ORGÂNICO A SERVIÇO DO CAPITALISMO

EL MINISTRO DE EDUCACIÓN JARBAS PASSARINHO (1969- 1974): EL TESTIMONIO DE UN INTELLECTUAL ORGÁNICO AL SERVICIO DEL CAPITALISMO

THE MINISTER OF EDUCATION JARBAS PASSARINHO (1969- 1974): THE TESTIMONY OF AN ORGANIC INTELLECTUAL WORK OF CAPITALISM

Adnilson José da Silva
Universidade Estadual do Centro-Oeste - Brasil
E-mail: prof.adnilson@hotmail.com

Déris Warmuth
Universidade Estadual do Centro-Oeste - Brasil
E-mail: deriswarmuth@hotmail.com

Eixo temático 7: Epistemologia, política educacional e realidade latino-americana

Resumo: O foco deste estudo é um depoimento do coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro da Educação no período de 1969 a 1974, portanto, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Foi na gestão de Jarbas Passarinho que se promulgou a Lei da Educação Nacional número 5.692/71, a qual reformulou o ensino no Brasil em todos os níveis. O depoimento do então ministro consta de uma entrevista publicada pela revista Veja em junho de 1971, cerca de um mês antes da promulgação da referida lei. Nesta entrevista é possível verificar os fundamentos da ideologia então hegemônica, de submissão do Estado ao movimento de reorganização do capital. Utilizando como referência contribuições Karl Marx no que diz respeito à formação do trabalhador e categorias presentes no pensamento de Antonio Gramsci, bem como contribuições de outros autores, busca-se evidenciar como Jarbas Passarinho apresentou-se publicamente como intelectual orgânico esforçado pela hegemonia do capital.

Palavras-chave: Educação. Intelectualidade orgânica. Hegemonia. Superestrutura. Jarbas Passarinho.

Resumen: El foco de este estudio es un testimonio del coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, Ministro de Educación en el período 1969-1974 durante el gobierno del general Emilio Garrastazu Medici. Fue en la gestión de Jarbas Passarinho que se promulgó la Ley de la Educación Nacional número 5.692/71, que reformuló la enseñanza en el Brasil en todos los niveles. El testimonio del entonces ministro consta de una entrevista publicada por la revista Veja en junio de 1971, aproximadamente un mes antes de la promulgación de la referida ley. En esta entrevista es posible comprobar los fundamentos de la ideología en ese entonces



hegemónica, de sumisión del Estado al movimiento de reorganización del capital. Usando como referencia las contribuciones de Karl Marx en cuanto a la formación de los trabajadores y de las categorías presentes en el pensamiento de Antonio Gramsci, así como las contribuciones de otros autores, se busca mostrar como Jarbas Passarinho se presentó públicamente como intelectual orgánico utilizado por la hegemonía del capital.

Palabras clave: Educación. Intelectualidad orgánica. Hegemonía. Superestructura. Jarbas Passarinho.

Abstract: The focus of this study is a testimony of Colonel Passarinho Jarbas Gonçalves, Minister of Education for the period 1969-1974, so during the government of General Emilio Medici Garrastazu. Was in managing Passarinho who promulgated the Law of National Education number 5.692/71, which reshaped the teaching in Brazil at all levels. The testimony of the Minister contained in a published by Veja magazine interview in June 1971, about a month before the enactment of that law. In this interview you can check the fundamentals of the then hegemonic ideology of submission of the State to the movement of capital reorganization. Using as reference contributions Karl Marx as regards the training of workers and categories present in the thought of Antonio Gramsci, as well as contributions from other authors, we seek to show how Passarinho presented himself publicly as organic intellectual striving for hegemony capital.

Keywords: Education. Organic intellectuals. Hegemony. Superstructure. Jarbas Passarinho.

Introdução

A maneira mais confiável de se explicar a realidade histórica é a partir dos movimentos que envolvem os elementos orgânicos que a compõem. Por esta razão é que se intenciona, neste breve ensaio, utilizar conceitos da concepção dialética da História, de Antonio Gramsci. O cenário retratado no presente estudo inclui a implantação da Lei da Educação Nacional número 5.692/71, embora não se detenha em aspectos do seu texto. O que se enfoca é um depoimento público do então ministro da Educação, coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, publicado pela revista Veja em junho de 1971, pouco mais de um mês antes da promulgação da referida lei.

Para sustentar este estudo, recorre-se a contribuições de Karl Marx, Antonio Gramsci e uma série de outros autores cujas obras seguem orientação teórica crítica. De Marx utilizam-se excertos retirados das obras “Manuscritos econômicos filosóficos de 1848” e “Contribuição à crítica da economia política”, que tratam das relações entre as condições da vida material e o desenvolvimento da consciência, bem como da condição do trabalhador no



quadro da economia capitalista. De Gramsci são usadas as categorias hegemonia, superestrutura e intelectualidade orgânica presentes nos livros “Cadernos do Cárcere” (volumes 1 e 5) e “Os intelectuais e a organização da cultura”. Os demais autores, todos comentadores e alongadores do pensamento marxista e gramsciano, fornecem elementos de atualização e de costura teórica que permitem identificar na pessoa de Jarbas Passarinho um intelectual orgânico cuja ação serviu aos propósitos de hegemonia do capital.

Fundamentos teóricos

A compreensão dos movimentos que implicam a educação dos sujeitos requer que se considere os conceitos de estrutura e superestrutura. O primeira designa as formas de produção da vida material, enquanto o segundo dá nome às formas de consciência relacionadas às relações econômicas, como as de natureza política, cultural e espiritual. A respeito destes conceitos, Karl Marx afirma que

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1984, p. 33).

Coerentemente avesso às perspectivas idealistas, Gramsci concebe a história de modo dialético identificando a sua materialidade nas relações políticas, sociais e econômicas afirmando que

[...] pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, *apud* MARTINS, 2004, p. 222).



O materialismo histórico, porque tem uma perspectiva de História totalizante, real e em movimento por força de contradições, repousa sobre o seguinte princípio, inserido no primeiro capítulo de *A ideologia alemã*:

[...] desenvolver o processo efetivo de produção partindo da produção material da vida imediata e tomar como base de toda história a forma de intercâmbio ligada com este modo de produção e engendrada por ele, logo a sociedade civil em seus diversos estágios, e tanto apresentá-la em sua ação como Estado quanto explicar a partir dela o conjunto das diversas produções teóricas e formas da consciência [...]. (MARX, 1984, p. 203).

Obviamente, a hegemonia capitalista se assenta em princípios valiosos para aqueles que dela se beneficiam, ou seja, em princípios de ordem preponderantemente econômica, e por essa razão é impossível “[...] compreender radicalmente a história da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, a história da educação contemporânea sem se compreender o movimento do capital.” (SAVIANI, 2002, p. 17) A respeito desse particular, cabe observar o que afirma Macciocchi: “A teoria do bloco histórico, da hegemonia, do Estado, tal como se apresenta no pensamento gramscista, mostra-nos a importância que Gramsci atribuía à superestrutura, sem, entretanto, jamais negligenciar a estrutura e tudo que lhe está vinculado.” (MACCIOCCHI, 1977, p. 71). Corroborando, Portelli afirma que

O estudo das relações entre estrutura e superestrutura é o aspecto essencial da noção de bloco histórico. Gramsci, porém, jamais concebeu tal estudo sob a forma de primazia de um ou outro elemento desse bloco [...]. O ponto essencial das relações entre estruturas-superestruturas reside, na realidade, no estudo do vínculo que realiza sua unidade. Gramsci qualifica tal vínculo de orgânico. Ora, esse vínculo orgânico corresponde a uma organização social concreta. (PORTELLI, 1977, p. 15)

Cabe ainda destacar que segundo a concepção dialética que Gramsci tem da História

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. (GRAMSCI, 1995, p. 03).



Para Gramsci, hegemonia é muito mais que a dominação de uma classe social sobre a outra, é o resultado articulador entre força e consenso. E o grupo detentor da hegemonia tem como superior sua ideologia na sociedade. A hegemonia não é um sistema de idéias mas sim o resultado de ações práticas e por isso é construída lentamente na disputa política. Toda hegemonia é uma relação de educação. (GRAMSCI, 2007, p.49)

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção moral e intelectual”. Um grupo social é dominante sobre os grupos adversários que tende a “liquidar” ou a submeter com a força armada, e é dirigente em relação aos grupos afins ou aliados. (GRAMSCI *apud* PORTELLI, 1977, p. 69).

Ainda segundo Gramsci, a hegemonia da civilização burguesa se perpetua na sociedade por meio de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção de mundo e seus valores relativos à sociedade. Portanto, em Gramsci, a hegemonia é apresentada em toda a sua plenitude, isto é, não atinge apenas a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas também age sobre o modo de pensar na medida em que impõe orientações ideológicas e culturais.

O quadro político e econômico

Tendo que a Lei 5.692/71 foi promulgada com a intenção de dirigir a formação escolar dos trabalhadores em uma estratégia para a salvaguarda do capital em um contexto de crise, é importante considerar aspectos da conjuntura econômica das décadas de 1960 e 1970 para melhor situar historicamente o discurso do ministro da Educação.

A política desenvolvimentista de forte caráter populista iniciada por Getúlio Vargas sofreu mudanças ao longo dos governos seguintes, sobretudo no campo econômico onde foram implantadas medidas de favorecimento à industrialização com abertura do país ao capital internacional. Diante disso houveram reações de ordem política e, segundo Otaíza de Oliveira Romanelli,



As contradições chegam a um impasse com a radicalização das posições de direita e esquerda. Os rumos do desenvolvimento precisavam então ser definidos, ou em termos de uma revolução social econômica pró-esquerda, ou em termos de uma orientação dos rumos da política e da economia de forma que eliminasse os obstáculos que se interpunham à sua inserção definitiva na esfera de controle do capital internacional. Foi esta última a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964. (ROMANELLI, 2007, p. 193).

O golpe militar instalou um estado de excessão que se caracterizou pelos seguintes pontos:

- a) reforço do executivo e conseqüente remanejamento das forças na estrutura do poder;
- b) aumento do controle feito pelo Conselho de Segurança Nacional;
- c) centralização e modernização da administração pública;
- d) cessação do protesto social. (ROMANELLI, 2007, p. 194).

A modernização acima referida obedecia ao movimento internacional de ajustamento dos setores políticos, econômicos e sociais à nova configuração do capital, buscando superar o esgotamento do modelo fordista de produção. Este ajustamento contou com a instalação de ditaduras militares em vários países, sobretudo latino-americanos que, como no caso brasileiro, impôs

[...] mecanismos mais eficientes de controle, quer no setor da administração pública, quer no setor da administração privada, enquanto compartimentaliza a produção e o trabalho em qualquer âmbito, eliminando ou diminuindo os perigos da integração social dos trabalhadores e a visão crítica do conjunto do sistema produtivo. [...] A redefinição do jogo político, determinado em parte pelo fortalecimento do empresariado, teve apoio na própria modernização e na evolução dos interesses e fortalecimento das forças armadas. (ROMANELLI, 2007, p. 195)

Integrada ao Plano Nacional de Desenvolvimento, a educação foi considerada área prioritária pela necessidade de se formar trabalhadores adequados ao novo modelo de produção industrial, que contava com inovações tecnológicas proporcionadas pela intensificação da presença do capital internacional. Essas mudanças demandaram

[...] um aumento no nível geral de escolaridade do trabalhador, mas, por sua vez, esse aumento teria de ser concedido de forma compatível com a posição periférica de nossa economia: a industrialização crescente exige uma base de educação fundamental e algum treinamento, o suficiente para o indivíduo ser introduzido na



manipulação de técnicas de produção e aumentar a produtividade, sem, contudo, ter sobre o processo nenhum controle, nem mesmo qualquer possibilidade de exigências salariais que um nível mais elevado de escolarização e qualificação acabaria por suscitar. Enfim, era interessante para os meios empresariais que tivéssemos a mão de obra com alguma educação e treinamento, bastante produtiva e, ao mesmo tempo, barata. (ROMANELLI, 2007, p. 234).

Outro aspecto importante da política educacional do Regime Militar foi o da repressão a professores e alunos

[...] através do controle político e ideológico do ensino, visando à eliminação do exercício da crítica social e política, para obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o seu projeto de dominação. A atuação do Estado na área da educação – coerente com a ideologia da segurança nacional – reveste-se assim de um anticomunismo exacerbado, de um antiintelectualismo que conduzia à misologia, ou seja, à negação da razão e mesmo ao terrorismo cultural. (GERMANO, 2011, p. 105).

O governo militar, nesta ação, reagia preventivamente após a chamada Marcha dos Cem mil que reuniu estudantes, trabalhadores e toda sorte de cidadãos em um protesto gigantesco contra o Regime Militar no centro de São Paulo, em 1968.

Jarbas Passarinho: coronel, ministro e intelectual orgânico

O coronel Jarbas Gonçalves Passarinho ocupou vários cargos políticos durante o regime militar, o que faz dele um ator social de destacada contribuição para os propósitos de implantação e de manutenção da política ditatorial no Brasil. De 1964 a 1966 foi governador do Pará e de 1967 a 1969 foi ministro do Trabalho e Previdência Social. Mas foi como ministro da Educação no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici que o coronel adequou a educação brasileira às demandas do capital internacional e à política ditatorial do grupo hegemônico a que pertencia. Aliás, é possível inferir que os dois anos em que respondeu pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social lhe proporcionaram a inserção nos temas da produção industrial, os quais constituíram a tônica da sua gestão como ministro da Educação.



Em reportagem veiculada pela Revista Veja, em 30 de junho de 1971, o então ministro Jarbas Passarinho denuncia a LDB número 5692/71. Afirmando que um dos resultados mais imediatos da referida lei seria a “quebra de seletividade no ensino brasileiro”, o ministro critica o sistema vestibular para acesso ao ensino superior dizendo que cada aluno reprovado “[...] é apenas um ex-estudante secundário. Não sabe fazer nada. [...] Queremos proporcionar ao estudante o aprendizado de uma profissão no meio do caminho para a universidade”. (Revista Veja, 1971, p. 56).

A solução alegada foi a inclusão de cursos profissionalizantes no então denominado Segundo Grau: “Vamos criar os técnicos de nível médio. Temos certeza de que podemos formar técnicos de indústria química, têxtil, ou técnicos de motores com ocupação garantida [...]”, disse o ministro Passarinho. E complementou afirmando que “[...] numa sociedade aberta, numa economia de mercado, vamos ter o cuidado de preparar um pouco mais do que o necessário, de maneira a dar flexibilidade ao sistema”. (Revista Veja, 1971, p. 57).

De fato, a lei 5692/71, aprovada pouco depois da publicação da entrevista do ministro, pretendia que o segundo grau tivesse a terminalidade como característica básica, através do ensino profissionalizante, contrapondo-se à frustração da falta de uma habilitação profissional. Contudo, a oferta dos dois diferentes níveis de formação profissional (o de segundo grau e o superior) se revelou como estratégia duplamente orientada: para proporcionar mão de obra ao setor produtivo e, ao mesmo, para conter o aumento da demanda de vagas aos cursos superiores.

Sobre as diferenças entre as duas categorias de pessoas que se pretendia formar pela Lei 5692/71, o ministro Passarinho já havia afirmado que “[...] nem todos são migradores de grandes voos. Muitos se darão por satisfeitos antes da universidade”. (Revista Veja, 1971, p. 56)

Como se percebe, o trabalho, que originalmente se constitui como prática social proporcionadora de desenvolvimento humano, foi reduzido a mera ação instrumental no contexto da estrutura econômica. Não se desmerece e nem se combate a oferta de cursos profissionalizantes, pois o



trabalho é um princípio educativo por excelência; o que se critica é o reducionismo do trabalho e do trabalhador sob os ditames tecnicistas, sobretudo em clara perspectiva de diferenças de classe como expôs o ministro, afirmando que os que não podem ser comparados a aves migradoras de grandes voos devem se contentar com o ensino técnico. Sobre isso, Lodi-Corrêa e Jacomeli afirmam que

Na sociedade classista a educação não é a mesma para o filho do operário e para o filho do burguês. A divisão de classes se mantém no ensino, de forma que ao filho do operário cabe um ensinamento limitado, enquanto o filho do burguês se prepara para desfrutar da vida e para governar. A escola só chegou ao trabalhador de forma extremamente limitada, sendo suficiente para a leitura de instruções, necessária na sociedade que se industrializa, e para inculcar a moral burguesa junto com a consciência de classe, fazendo dos operários rebanho manso e fácil de governar. (LODI-CORRÊA; JACOMELI, 2011).

Outro flagrante do caráter segregador da educação nacional sob a regência do ministro Jarbas Passarinho é o seu anúncio de que, visando o conforto do mercado, visava o preparo de um contingente de trabalhadores de antemão excluídos: “[...] vamos ter o cuidado de preparar um pouco mais do que o necessário, de maneira a dar flexibilidade ao sistema”. (Revista Veja, 1971, p. 57) A respeito disso, veja-se o que diz Marx a respeito da condição do trabalhador no contexto do mercado:

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, à qual está sujeita a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas. (MARX, 2004, p. 66, grifos do autor).

Nota-se o cuidado tomado pelos operadores do regime militar de satisfazer as demandas do capitalismo em sua clara opção por subordinar os trabalhadores às suas leis.



Considerando que para Gramsci o exercício do poder implica direção e consenso, é na união desses dois elementos que se deve buscar um conceito pleno para hegemonia. A respeito disso, Gramsci afirma que

[...] a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]. (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

A hegemonia precisa dos seus elementos diretivos tanto para sua implantação como para sua manutenção. (GRAMSCI, 2001). Diante disto, entende-se que o pronunciamento de Jarbas Passarinho expõe a postura hegemônica do grupo a que pertencia, qual seja, do governo militar ao qual ele serviu como intelectual, já que

O intelectual tem por função homogeneizar a concepção do mundo da classe à qual está organicamente ligado, isto é, positivamente, de fazer corresponder esta concepção à função objetiva desta classe numa situação historicamente determinada ou, negativamente, de a tornar autônoma, expulsando desta concepção tudo o que lhe é estranho. O intelectual não é pois o reflexo da classe social: ele desempenha um papel positivo para tornar mais homogênea a concepção naturalmente heteróclita desta classe. (PIOTTE, 1975, p.19).

Os intelectuais orgânicos são dirigentes e organizadores, são aqueles que procuram elevar a consciência dispersa e fragmentária das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea.

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria – prática se distinga concretamente em um estado de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1981, p.21).



Diante do exposto, evidencia-se que mesmo que o ator histórico aqui destacado não tenha atuado em movimentos por uma direção em benefício da classe trabalhadora, suas ações lhe valem o qualificativo de intelectual orgânico.

Conclusão

Neste breve ensaio foram utilizadas categorias do pensamento Karl Marx e de Antonio Gramsci, como as de hegemonia e intelectualidade orgânica, para mostrar como o regime militar brasileiro atuou na seara da educação em favor do grande capital como principal elemento privado da sociedade civil.

Após exposição das categorias procedeu-se uma síntese do quadro político e econômico de meados das décadas de 1960 e 1970, caracterizado pela crise do modelo fordista de produção e pela instalação do regime militar no Brasil. Neste particular, deu-se destaque à estratégia governamental para abastecimento do setor produtivo com mão de obra formada principalmente pelas escolas de segundo grau, de suficiente treinamento técnico e suprimida formação crítica.

Na posição fulcral deste estudo apresentou-se o pronunciamento do ministro da Educação no período de 1968 a 1973, coronel Jarbas Passarinho, adiantando em uma entrevista o espírito da lei número 5692/71 e testemunhando sua condição de intelectual preparado para promover a organicidade entre as esferas sociais política e civil de forma a garantir a hegemonia desta última, notadamente do capital. Sobressaem-se na exposição do ministro, sobretudo, o caráter seletivo que se deu ao nível universitário e o emprego do ensino secundário como elemento de contenção da demanda por cursos superiores, bem como, a função das escolas secundárias de formarem excedentes de trabalhadores favorecendo a formação de exércitos industriais de reserva à disposição sobretudo das indústrias estrangeiras.



Referências

- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LODI-CORRÊA, S.; JACOMELI, M. R. M. **Krupskaia: revolucionária e educadora**. In: Anais da X Jornada do HISTEDBR. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/trabalhos.html> Acesso em: 07 set. 2013.
- MACCIOCCHI, M.-A. **A favor de Gramsci**. Trad. de Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MARTINS, M. F. **O valor pedagógico e ético-político do conhecimento para a filosofia da transformação' de Gramsci e sua relação com o marxismo originário**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). **Karl Marx e Friedrich Engels: História**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Trad. de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- REVISTA VEJA. **Passarinho e o ensino em mudança**. São Paulo, edição 147, p. 56-58, jun. 1971.
- ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.).



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas: Autores Associados:
HISTEDBR, 2002. p. 13-24.